

EXTRATO DE CONTRATO Nº 39/2020 - UASG 370003

Nº Processo: 00190111030202011.
PREGÃO SRP Nº 15/2020. Contratante: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO -.CNPJ Contratado: 76291251000134. Contratado : MODILAC INDUSTRIA E COMERCIO DE -MOVEIS LTDA. Objeto: Aquisição de Mobiliário, por meio de Sistema de Registro de Preços, para atendimento de necessidades da CGU Sede, na cidade de Brasília - DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas, no Termo de Referência, anexo do Edital. Fundamento Legal: LEI 8.666/93 . Vigência: 31/12/2020 a 31/12/2025. Valor Total: R\$10.790,00. Fonte: 100000000 - 2020NE800794. Data de Assinatura: 31/12/2020.

(SICON - 31/12/2020)

EXTRATO DE CONTRATO Nº 40/2020 - UASG 370003

Nº Processo: 00190111029202088.
PREGÃO SRP Nº 15/2020. Contratante: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO -.CNPJ Contratado: 05075877000165. Contratado : OMP DO BRASIL LTDA -.Objeto: Aquisição de Mobiliário, por meio de Sistema de Registro de Preços, para atendimento de necessidades da CGU Sede, na cidade de Brasília - DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas, no Termo de Referência, anexo do Edital. Fundamento Legal: LEI 8.666/93 . Vigência: 31/12/2020 a 31/12/2025. Valor Total: R\$3.968,00. Fonte: 100000000 - 2020NE800793. Data de Assinatura: 31/12/2020.

(SICON - 31/12/2020)

EXTRATO DE CONTRATO Nº 41/2020 - UASG 370003

Nº Processo: 00190111028202033.
PREGÃO SRP Nº 15/2020. Contratante: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO -.CNPJ Contratado: 25071568000124. Contratado : CENTRA MOVEIS S/A -.Objeto: Aquisição de Mobiliário, por meio de Sistema de Registro de Preços, para atendimento de necessidades da CGU Sede, na cidade de Brasília - DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas, no Termo de Referência, anexo do Edital. Fundamento Legal: LEI 8.666/93 . Vigência: 31/12/2020 a 31/12/2025. Valor Total: R\$230.562,00. Fonte: 100000000 - 2020NE800791. Data de Assinatura: 31/12/2020.

(SICON - 31/12/2020)

EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2020 - UASG 370003

Nº Processo: 00190111027202099.
PREGÃO SRP Nº 15/2020. Contratante: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIAO -.CNPJ Contratado: 02925815000107. Contratado : MAGALHAES E MAGALHAES COMERCIO DE-MOVEIS LTDA. Objeto: Aquisição de Mobiliário, por meio de Sistema de Registro de Preços, para atendimento de necessidades da CGU Sede, na cidade de Brasília - DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas, no Termo de Referência, anexo do Edital. Fundamento Legal: LEI 8.666/93 . Vigência: 31/12/2020 a 31/12/2025. Valor Total: R\$10.741,00. Fonte: 100000000 - 2020NE800792. Data de Assinatura: 31/12/2020.

(SICON - 31/12/2020)

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 15/2020

O Pregoeiro da Procuradoria da República no Distrito Federal (PR/DF), UASG 200023, torna pública a homologação do Pregão Eletrônico nº 15/2020, cujo objeto é a prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva de sistema de transporte vertical, composto por 03 (três) elevadores eletromecânicos, de marca Thyssenkrupp, modelo Grife Export, casa de máquinas, caixas de corrida e poços, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e peças de reposição imediata, mediante ressarcimento, necessários para a execução dos serviços, instalados no Edifício-Sede da PR/DF, tendo como vencedora, pelo critério de menor preço global anual, pelo valor de R\$ 37.999,68 (trinta e sete mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta e oito centavos), a empresa MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ: 05.926.726/0001-73. Processo nº 1.16.000.001901/2020-55.

VICTOR PEREIRA DE REZENDE JUNIOR
Pregoeiro

(SIDECA - 31/12/2020) 200100-00001-2020NE000001

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO DE GESTÃO DE PROCESSOS E INFORMAÇÕES
SECRETARIA DE GESTÃO DE PROCESSOS

EDITAL Nº 1954, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020 - TCU/SEPROC

TC 035.047/2015-1 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA Associação Cultural Depósito do Teatro, CNPJ: 05.315.570/0001-94, representada pelo Sr. Iurqui Pinheiro da Rocha Siqueira, OAB: 77.915/RS, do Acórdão 7326/2020-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro Aroldo Cedraz, Sessão de 14/7/2020, proferido no processo TC 035.047/2015-1, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, a condenou a recolher aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência, acrescidos dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 4/12/2020: R\$ 275.537,80, em solidariedade com as responsáveis Sandra Denise Possani - CPF: 361.943.520-00; e Maria Fonseca Falkembach - CPF: 632.748.090-04. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 13901-7, da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 30.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do Acórdão 7326/2020 - TCU - 2ª Câmara até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, Regimento Interno do TCU).

A emissão da Guia de Recolhimento da União-GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br), clicando na aba "Carta de Serviços" e, em seguida, no link "Emissão de GRU".

O acesso aos autos pode ser realizado por meio do Portal do TCU (www.tcu.gov.br), ou por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, para as instituições que aderiram à solução, exceto no caso de processos/documentos sigilosos, cujo acesso depende de autorização da autoridade competente.

Informações detalhadas acerca do processo, dos valores históricos do débito com as respectivas datas de ocorrência e dos cofres credores podem ser obtidas junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc), telefone (61) 3527-5234, e-mail cacidadesao@tcu.gov.br, ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

RENAN SALES DE OLIVEIRA
Chefe de Serviço

EDITAL Nº 1964, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2020 - TCU/SEPROC

TC 004.865/2018-9 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADO Dacio Rocha Pereira, CPF: 431.836.543-34, do Acórdão 6876/2020-TCU-Primeira Câmara, Rel. Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, Sessão de 23/6/2020, proferido no processo TC 004.865/2018-9, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-o a recolher aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 6/12/2020: R\$ 186.045,04. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 13901-7, da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 30.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do Acórdão 6876/2020-TCU-1ª Câmara até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, Regimento Interno do TCU).

O acesso aos autos pode ser realizado por meio do Portal do TCU (www.tcu.gov.br), ou por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, para as instituições que aderiram à solução, exceto no caso de processos/documentos sigilosos, cujo acesso depende de autorização da autoridade competente.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc), telefone (61) 3527-5234, e-mail cacidadesao@tcu.gov.br, ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

RENAN SALES DE OLIVEIRA
Chefe de Serviço

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 125/2020

Comunico o resultado da licitação em epígrafe: VENCEDORA: Trust Processamento de Dados Ltda.

RAHCHEL BREMGARTNER ALENCAR
Pregoeira

(SIDECA - 31/12/2020) 050001-00001-2020NE000107

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 127/2020

Comunico o resultado da licitação em epígrafe: VENCEDORAS: RafaPaper Distribuidora Eireli Ltda. - Item 1; e GYN Comércio de Produtos em T.I. Eireli Ltda.-Epp. - Item 2.

FILIFE DE SOUSA MENDES
Pregoeiro

(SIDECA - 31/12/2020) 050001-00001-2020NE000107

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Processo STJ 13932/2020. Contrato STJ n. 106/2020. CONTRATADA: RONALDO DE SOUZA MOSCOSO - ME. CNPJ: 02.116.643/0001-20. OBJETO: Prestação de serviços de assistência técnica, manutenção preventiva, corretiva e suporte técnico para ambiente do datacenter (Sala Segura). VIGÊNCIA: 30/12/2020 a 29/08/2022. ASSINATURA: 30/12/2020. FUNDAMENTO: Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e nos Decretos n. 10.024, de 20 de setembro de 2019, n. 8.538, de 06 de outubro de 2015, n. 7.174, de 12 de maio de 2010, e, subsidiariamente, na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. MODALIDADE: Pregão Eletrônico n. 117/2020. VALOR DO CONTRATO: R\$ 229.000,00. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO P.T: 02.061.0033.4236.5664. NE: 2020NE001921 no VALOR de R\$ 763,33, E.D. 33.90.40, Global, em 28/12/2020. SIGNATÁRIOS: Luiz Antonio de Souza Cordeiro - SAD/STJ, Ronaldo de Souza Moscoso - Contratada.

RETIFICAÇÃO

No extrato do 6º Termo Aditivo ao Contrato STJ n. 104/2015, ref. ao Processo STJ 11838/2015, publicado no D.O.U. do dia 30/12/2020, Seção 3, pág. 191; Inclua-se: SIGANATÁRIOS: Luiz Antonio de Souza Cordeiro - SAD/STJ, Douglas de Almeida Mendes e Wanda Alves Pereira - CONTRATADA.

RETIFICAÇÃO

No extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato STJ n. 50/2019, ref. ao Processo STJ 5100/2019, publicado no D.O.U. do dia 31/12/2020, Seção 3, pág. 176; Inclua-se: SIGANATÁRIOS: Luiz Antonio de Souza Cordeiro - SAD/STJ, André Kalinowski Silva - CONTRATADA.

